



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME
ORGANIZADO

EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI Nº
1.494, de 2022

Altera o Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências para garantir ao militar reformado por invalidez, o direito de perceber remuneração integral condigna, em valor correspondente ao Posto de Coronel.

EMENDA

Dê-se a seguinte redação ao art. 24-A, inciso II, do Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, previsto no art. 1º do Projeto de Lei nº 1.494, de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º

“Art. 24-A

II - É integral a remuneração do militar reformado por invalidez, em valor equivalente ao posto de coronel, independente da que possuir por ocasião da transferência para a inatividade remunerada, vedada a exigência de tempo mínimo de atividade para a garantia assegurada à concessão, dispensada a observância de que tratam o art. 24-F e 24-G deste Decreto-Lei.” (NR).

Sala da Comissão, em 16 de maio de 2023

Deputado SANDERSON
Presidente CSPCCO

